

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (TJDFT)
CONCURSO PÚBLICO PARA REMOÇÃO DA TITULARIDADE DOS SERVIÇOS NOTARIAIS E DE
REGISTRO NO DISTRITO FEDERAL
EDITAL N.º 3/2001 – TJDFT/RE, DE 8 DE AGOSTO DE 2001

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (TJDFT), em obediência ao subitem 6.3 do Edital n.º 1/2001 – TJDFT/RE, de 22 de maio de 2001, publicado no *Diário Oficial* de 1.º de junho de 2001, torna públicos **o local e o horário** de realização das provas objetivas do concurso público para remoção da titularidade dos serviços notariais e de registro no Distrito Federal. As provas terão a duração de **quatro horas** e serão realizadas no Distrito Federal no dia **18 de agosto de 2001**, no período da manhã.

1 LOCAL E HORÁRIO DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

Local: Universidade de Brasília (UnB) – *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, Asa Norte, Brasília/DF.

Horário: 9 horas.

2 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de **uma hora** do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta **preta**, de comprovante de inscrição e de documento de identidade **original**.

3 Não será admitido o ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.

4 Não haverá segunda chamada para as provas. O não-comparecimento a quaisquer das provas implicará a eliminação automática do candidato.

5 Não serão aplicadas provas em data, em horário e/ou em local diferentes dos estabelecidos neste edital. É de responsabilidade do candidato a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.

6 Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos e/ou qualquer outro material, que não os permitidos, bem como o de qualquer material de consulta, inclusive códigos ou legislação. Não será permitida, também, a entrada de candidatos portando armas e/ou a utilização de aparelhos eletrônicos (*bip*, telefone celular, *walkman*, receptores, gravadores, etc.). O sistema de segurança procederá à revista nos corredores, nos banheiros, na(s) sala(s) de prova e em outras instalações. Os candidatos que infringirem essas normas serão encaminhados às autoridades policiais presentes para as providências legais cabíveis.

7 Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade **original**, na forma definida no subitem 6.8 do Edital n.º 1/2001 – TJDFT/RE, de 22 de maio de 2001, publicado no *Diário Oficial* de 1.º de junho de 2001, será automaticamente excluído do certame.

8 O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas, levando o caderno de provas e a folha de rascunho que é de preenchimento facultativo, no decurso da última hora antes do horário previsto para o seu término.

EDMUNDO MINERVINO

Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

DESEMBARGADOR NÍVIO GONÇALVES

Corregedor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios